

Sobre classe e culturas

About class and cultures

Gustavo Perez Lemos

BATALHA, Cláudio H. M. SILVA, Fernando Teixeira da, e FORTES, Alexandre, (orgs.) *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

O livro *Culturas de Classe*, organizado por Cláudio Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes é um bom exemplo da abrangência e do vigor da história do trabalho hoje. Sua origem mais imediata pode ser encontrada na pós-graduação em história da UNICAMP, pois vários de seus autores são professores ou ex-alunos. A contribuição de estudiosos estrangeiros é outra característica dessa publicação, preocupada em fermentar as discussões no Brasil.

Num livro escrito a tantas mãos, fica complicado estabelecer uma linha mestra de abordagem. Mas aqui, o que seria um problema, expressa uma multiplicidade de temas em que seus autores procuram

lançar o debate sobre a cultura operária. Afinal, ela existe? Por certo tempo, sinalizam os autores, a história do trabalho escrita no país deixou em segundo plano “as celebrações, os rituais, o lazer”. Trabalhava-se e sindicalizava-se, por vezes, festava-se um pouco. O objetivo de *Culturas de Classe* é destacar aqueles outros temas, e “encarar a ‘cultura de classe’ muito mais como um campo de discussão do que propriamente como um conceito”.

Assim, o livro é dividido em cinco partes, totalizando doze capítulos. A primeira parte, *Classe e Cultura: um balanço conceitual e historiográfico*, traz artigos dos ingleses Mike Savage e Neville Kirk. Em ambos aparece a tensão entre as abordagens marxistas, revisionistas e weberianas. O texto *Classe e História do Trabalho*, de Mike Savage, abre o livro polemicamente. Teria chegado ao impasse a análise das classes sociais? Para o professor da Universidade de Manchester, o recuo do

movimento sindical gerou uma crise de autoconfiança na história do trabalho. A busca por uma história do trabalho politicamente engajada transformava a noção de classe social em uma “palavra de ordem”. A mudança na agenda política, porém, pôs sob rasura o conceito.

Duas origens teóricas sustentavam a idéia “classe”. De um lado a tradição marxista que chegava ao seu auge nos anos 1970 com Thompson. Para Savage, o principal fundamento marxista para falar em classe operária era a extração do trabalho excedente, ou seja, da mais-valia. O autor argumenta que a crítica da teoria do valor-trabalho, ao negar a dicotomia trabalho produtivo/improdutivo, tornou problemática a defesa dessa teoria. Marxistas posteriores, inclusive Thompson, não conseguiram nada mais que cavar as próprias covas, visto que, em outras mãos, suas visões culturalistas acanhadas poderiam levar ao desaparecimento do foco sobre a classe. Por outro lado, a noção weberiana de definir a classe pela posição no mercado de trabalho, leva a uma miríade de situações de classe, e a uma impossibilidade de se demarcar fronteiras.

Em ambas as tradições, portanto, os fundamentos do conceito de classe estão abalados. Poderíamos

então abandoná-lo na sarjeta da historiografia e esperar que algum bondoso estudioso dos conceitos historiográficos lhe dedicasse um artigo. Savage, porém, diz que não há um substituto à altura da noção de classe para pensar questões de desigualdade, principalmente no problema da origem da resistência ao poder. O autor propõe uma refundação radical do conceito de classe. O traço que distingue a vida operária seria a sua insegurança estrutural, a retirada dos meios de subsistência que constrange o trabalhador a achar estratégias de uma vida menos incerta. Em que pese o mérito dessa idéia, ao não especificar um desdobramento necessário de ação do trabalhador, não é novidade que o proletário é aquele que nada possui a não ser sua força de trabalho.

Neville Kirk, por sua vez, em *Cultura: Costume, Comercialização e Classe*, identifica duas abordagens conflitantes na história do trabalho britânica: a marxista e a revisionista. Enquanto a primeira destaca a mudança, o conflito e a formação da classe, a segunda preocupa-se com a continuidade, a estabilidade e o consenso, e todo tipo de divisões arraigadas no meio operário. Observando o debate entre essas abordagens, principalmente na questão do “padrão

de vida' da classe operária inglesa em fins do oitocentos, Kirk defende a idéia de que a diversidade da classe operária não ocasiona conflitos por si só. Mesmo comunidades muito heterogêneas podem desenvolver solidariedades, inclusive em termos de classe. Para o autor, Hobsbawm foi responsável por apresentar um “quadro holístico” mais integrado; ao contrário dos que exageravam os “elementos de diferença e divisão no cotidiano operário”, o historiador comunista argumentava que nessa época “as vidas dos trabalhadores se caracterizavam mais pela mutualidade, coletivismo e pela consciência de classe do que por diferenciações”.

A segunda parte do livro, “Sociabilidades, Identidades e Lazer”, apresenta os espaços fora da fábrica, lugar das festas e recreações, como importantes articuladores de identidades dos trabalhadores. Nesse sentido, as associações de operários e seus rituais tomam novo sentido para o historiador. O pesquisador francês Michel Ralle, com “A Festa Militante” discute a ritualística simples e rígida dos radicais anarquistas e socialistas espanhóis. As espetaculares comemorações operárias nos anos 1840, às vezes apoiadas por poderes locais, cedem espaço para esquetes teatrais e declamações, preocupadas em

denunciar “qualquer compromisso com a burguesia”, a partir de 1880. A festa como extravasamento entra em declínio ao mesmo tempo em que setores do movimento operário, mantendo-se distantes ao que pudesse obscurecer uma identidade de classe ideal, dedicam “prioridade absoluta à propaganda e à organização”.

Associações e seus rituais também são o tema do texto de Cláudio Batalha, “Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República”. Essa cultura associativa é entendida tanto enquanto hábito de “conferir certa institucionalidade” a uma forma de sociabilidade qualquer, mas principalmente como “celebrações, os costumes, as normas que regiam as associações operárias”. Para Batalha, não havia uma cultura “essencialmente” operária no Rio de Janeiro, mas uma “cultura popular” compartilhada pela classe operária, mas com uma base social mais ampla e formada por “aspectos da imigração européia, da herança africana da escravidão e traços da cultura dominante”. As associações operárias, com seu calendário celebrativo (destacando-se o primeiro de maio), seus estandartes e práticas ritualizadas (como normas de funcionamento de assembléias) e mais tarde a organização de times de futebol,

acabaram por fornecer, mesmo que por um breve momento, um espaço de organização autônoma desses trabalhadores. “A cultura associativa esteve próxima de fornecer as condições necessárias à constituição de uma cultura de classe”.

Essa cultura popular, segundo Cláudio Batalha, evoluiu para uma cultura de massa nos anos 1920. Entre suas manifestações, o futebol foi uma das mais importantes, situando-se aí o tema principal do texto de José Sérgio Leite Lopes, “Classe, Etnicidade e Cor na Formação do Futebol Brasileiro”. Esse esporte teve início entre funcionários de firmas inglesas e membros da elite brasileira que estudavam na Europa. Com o estabelecimento de times e os primeiros campeonatos, ainda funcionava o futebol como esporte amador, sendo os jogadores e sócios do clube membros de uma mesma classe, freqüentadores dos mesmos espaços. Com a organização de times de empresas (ou de equipes que iniciavam uma incipiente profissionalização, como o Vasco da Gama), em que funcionários e operários jogavam juntos, os clubes das elites cariocas e paulistas travaram uma verdadeira guerra contra a profissionalização e a admissão de times com jogadores negros. A profissionalização, principalmente nos anos

1930 e as equipes de empresas, propiciavam a alguns trabalhadores uma forma de ascensão social.

A construção de identidades operárias também se dão no local de trabalho. Assim, a terceira parte, “Culturas de Ofício”, analisa as especificidades de diversas profissões e as experiências de seus trabalhadores. Artur Vitorino, em “Os Sonhos dos Tipógrafos”, observa periódicos desses operários que sabiam ler e escrever, na sociedade predominantemente analfabeta do Rio de Janeiro do século XIX. Nos poemas, cartas e peças de teatro publicados, Vitorino percebe conflitos entre diferentes formas de encarar o ofício. A epopéia dos “filhos de Gutenberg”, em sua “missão” de transmitir o pensamento, era contraposta pelo desejo de um “justo equilíbrio de forças”, entre o direito ao trabalho e à preguiça.

A “valentia e orgulho de serem ‘operários sem patrões’”, dos estivadores do porto de Santos, são valores que Fernando Teixeira da Silva procura analisar em Valentia e Cultura do Trabalho na Estiva. Munido de processos-crime e jornais, o autor descreve como uma cultura de valentia poderia servir para diversos fins, tanto para impor-se no concorrido mercado de trabalho no porto, quanto para enfrentar a po-

derosa Companhia Docas de Santos (CDS). No correr dos anos 1930, os portuários conseguem impor um sistema de *closed shop*, pondo sob controle do sindicato o mercado de trabalho da estiva. Essa perspectiva abriu novas contradições entre a categoria, pois poderia criar “favoritismos e grupos que gravitavam entre os valentões”. Ambas as experiências competitivas e cooperativas do trabalho no porto estiveram na base de uma cultura de solidariedade, que foi constituída por sistemas de rodízio de trabalho, organizado pouco a pouco pelos próprios trabalhadores. Os trabalhadores dos frigoríficos de Berisso, na Argentina, são os protagonistas das histórias contadas na quarta parte, intitulada Gênero, Fábrica e Política. Mirta Zaida Lobato, em *O Perigo Vermelho*, busca explorar a participação dos comunistas no cotidiano fabril e sindical principalmente na década de 1930. Muito mais que simples correia de transmissão das políticas soviéticas, os comunistas locais “buscavam construir sua base de poder lutando pelas reivindicações dos trabalhadores”. Organizando-se nas diversas seções de empresa, essa experiência abriu caminhos para a criação de comissões de fábricas, extrapolando uma prática estritamente partidária.

Lobato mostra ainda a extensão do imaginário e política anticomunista, em disputa aberta pelos “corações e mentes” dos operários.

Doña Maria Roldán, dirigente sindical e líder peronista, começou a trabalhar nos frigoríficos de Berisso em 1944. Esta é a personagem principal do texto de Daniel James, “Contos Narrados nas Fronteiras”. Baseado em extensos depoimentos orais de Dona Maria, James problematiza as condições ideológicas e narrativas da memória. Ao mesmo tempo em que se autodefine como mulher rebelde, “la impulsiva” pela sua postura de enfrentamento no movimento sindical, Dona Maria apela para arquétipos femininos típicos do ideal da mulher peronista, dona de casa. Para o autor, o testemunho oral “é mais desorganizado, mais paradoxal (...) e por causa disso, mais fiel à complexidade das vidas da classe trabalhadora e da memória desta”.

Por fim, temos a quinta parte do livro, “Migrações, Etnicidade e Cultura Fabril”, onde os deslocamentos de populações engendram novas formas de identificação entre e íngrupos. Se a nova situação pode servir como motivo de desagregação, não é somente uma comunidade trabalhadora homogênea que pode assumir uma identidade de

classe. Em “Os Outros Polacos”, Alexandre Fortes conta as controvertidas situações vividas por imigrantes do Leste europeu na Porto Alegre dos anos 1930. Sem contar com uma rede de sociabilidade prévia no Brasil como os imigrantes italianos e alemães, esses povos eram chamados genericamente de “polacos”. As reviravoltas da complicada cena política da Europa do Leste vai influenciar a forma de identificação nacional e política desses trabalhadores. Seriam soviéticos, eslavos, russos-banços ou ucranianos? O autor advoga a idéia de cultura como “produção de práticas simbólicas”. Estas práticas não estão descoladas das situações de vida, da definição de estratégias de sobrevivência e adaptação de indivíduos e coletividades.

Do Leste europeu para o sertão nordestino e de Porto Alegre para o distrito operário de São Miguel Paulista, nos anos 1940-60, encontramos “Migração Nordestina e Experiências Operárias” de Paulo Fontes. Os debates sobre o fenômeno da migração para a cidade, no meio acadêmico, apontavam uma situação de passagem de sociedades “tradicionais” e “arcaicas” para o “moderno”. Os migrantes eram caracterizados como “inadaptados” à condição operária e portanto “apáti-

cos” e “submissos”, um prato cheio para os políticos populistas. Ao relatar as experiências coletadas por depoimentos orais, o autor descobre práticas de solidariedade tanto no bairro quanto na fábrica. Essas práticas foram acompanhadas de uma identidade: trabalhadores que ajudaram a construir São Paulo, e portanto, “cidadãos portadores de direitos”.

Em “Zé Brasil Foi Ser Peão”, Antônio Luigi Negro apresenta um outro discurso sobre o migrante. No início da produção automobilística em São Bernardo, a propaganda oficial representava o sertanejo como um “forte”, que não desiste nunca, “um soldado do progresso”. O dualismo campo/atraso e cidade/moderno, porém, permanece. Distante das plagas do progresso, na voz dos próprios trabalhadores, o que aparece é um trabalho que agride, entediante, “a maior ilusão do mundo”.

Culturas de Classe é um livro de discussões, muito mais do que conclusões. Serve bem para aqueles já cansados de citar novamente o prefácio d’*A Formação da Classe Operária Inglesa*, mas que tampouco encontram oxigênio nas poucas publicações em português sobre história do trabalho. Se parece muito disperso, fica a certeza de que as dissonâncias também formam acordes.